



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

RECURSO ESPECIAL

PROCESSO N.º 14/00800/13410010013

Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIPM 14001788

RECORRENTE: AGROVIA S/A

RECORRIDO: CETESB

I- RELATÓRIO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por AGROVIA S.A, com fundamento no inciso I, do artigo 3º, do Decreto Estadual nº 55.087/09, contra a decisão que indeferiu pedido de reconsideração no recurso hierárquico referente ao Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIPM N° 14001788 (fls. 40/41), no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

2. Consta do presente procedimento administrativo que no dia 25.10.13, por volta das 09:00hrs, no Município de SANTA ADÉLIA, São Paulo, teve início um incêndio no “galpão 2” do complexo de referida companhia, que armazenava 27 mil (vinte e sete mil) toneladas de açúcar, o que *causou a poluição com a emissão de aproximadamente 5.000m³ de águas residuais e o carreamento de cerca de 1.000 toneladas de açúcar caramelizado para a Rua Cesar Rossi, no município de Santa Adélia,*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

provocando a perda de oxigênio dissolvido das águas superficiais dos rios São Domingos e Turvo em trechos de 25 e 60 quilômetros, respectivamente, com o perecimento de aproximadamente 14 toneladas de peixe.

3. Auto de inspeção nº 1508713 (fls. 02/04), relatório de ensaios (fls. 05/14); relatório de inspeção (fls. 15/18) e a Informação Técnica 204/13/CFR (fls. 19/39).

4. Lavrou-se Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIPM 14001788, que considerou a AGROVIA S.A, como incurso nas penalidades do artigo 61, c.c. incisos I e VIII, do artigo 62, ambos do Decreto 6.514/2008 por *tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana, bem como provocar pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais o perecimento de espécimes da biodiversidade.* (fls. 40/41).

5. Ato contínuo, a AGROVIA S.A. ofereceu impugnação ao auto de infração (fls. 47/81), que restou indeferida, nos termos do parecer PJ nº 754/2014/PJM (fls. 340/350), encampado pelo despacho do Sr. Gerente do Departamento de Gestão Ambiental I (fl. 351).

6. Contra essa decisão foi interposto recurso hierárquico (fls. 359/399), que também restou desprovido, nos termos do parecer PJ nº 387/2015/PJM (fls. 499/507), cujas razões foram encampadas pelo Decisão de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

Diretoria- Despacho nº 189/15/C (fl. 509).

7. Inconformada, vem a recorrente, por meio do presente recurso especial, deduzir os seguintes pedidos, a saber:

- A) *cancelamento do Auto de Infração nº 41000466;*
- B) *Subsidiariamente, a substituição da penalidade de multa pela pena de advertência;*
- C) *Subsidiariamente, se for mantida a penalidade de multa, sejam aplicados os parâmetros previstos na legislação estadual vigente, reduzindo-se o valor da multa em relação à sua base de cálculo, bem como sejam reconhecidas as circunstâncias atenuantes verificadas no presente caso;*
- D) *Subsidiariamente, na hipótese de se optar por manter os parâmetros federais, com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e reconhecidas as circunstâncias atenuantes, seja significativamente reduzido o valor da multa aplicada;*
- E) *Subsidiariamente, seja convertida em serviços de melhoria e recomposição do meio ambiente, com a celebração do respectivo termo de compromisso, restando a pagar, a título de multa residual,*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

o mínimo previsto em lei;

8. Eis o relato do essencial.

II- MOTIVAÇÃO

a) ADMISSIBILIDADE.

9. De proêmio, verifica-se a tempestividade e o cabimento do presente recurso especial, nos termos do inciso I, e do § 1º do artigo 3º do Decreto Estadual nº 55.087/09¹, respectivamente, c.c., artigo 19 do Decreto

¹ Art. 3º, Decreto Estadual nº 55.087/09.

Nos procedimentos referentes a auto de infração por desrespeito à legislação ambiental, caberá recurso especial ao CONSEMA nas seguintes hipóteses:

I - decisões proferidas em grau de recurso pelas autoridades ou órgãos do SEAQUA relativas a penalidades de multa de valor superior a 7.500 (sete mil e quinhentas) UFESP's;

II - aplicação da pena de interdição.

§ 1º - O recurso especial será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação ou notificação da decisão, e será dirigido à autoridade ou órgão prolator da decisão que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso devidamente instruído ao CONSEMA.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

Estadual nº 60.342/14², circunstâncias que recomendam o seu conhecimento.

10. Com efeito, a quantia de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) **supera o valor de 7.500 UFESPs** e o presente recurso especial foi **interposto em 15.06.2015**, ou seja, em 10 (dez) dias após o início do prazo recursal, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação da decisão de diretoria Despacho nº 14/00800/13 (fls. 510) em 05/06/2015.

b) MÉRITO.

11. No mérito, todavia, o recurso não merece provimento.

12. **Da responsabilidade administrativa objetiva – Teoria do Risco Integral.** A responsabilidade administrativa é objetiva, isto é, prescinde de dolo ou culpa para sua caracterização. Este é o andamento expresso no art. 70 da Lei 9.605/98, c.c. o § 1º, do art. 14 da Lei 6.398/81, *in verbis*:

Art. 70 da Lei 9.605/98. *Considera-se infração administrativa*

² Art. 19, Decreto Estadual nº 60.342/14: *Da decisão da Comissão de Julgamento de Autos de Infração Ambiental não caberá recurso, ressalvado o disposto na Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, e no Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009.*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 14 da Lei 6.398/81. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

(...)

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. (g.n)

13. A jurisprudência amplamente majoritária do Superior Tribunal de Justiça consagra a responsabilidade administrativa ambiental objetiva. Nesse sentido;

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO POR DANO AMBIENTAL. A RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL É OBJETIVA. A LEI N. 9.605/1998 NÃO IMPÕE QUE A PENA DE MULTA SEJA OBRIGATORIAMENTE PRECEDIDA DE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

ADVERTÊNCIA.

1. A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva. Deveras, esse preceito foi expressamente inserido no nosso ordenamento com a edição da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981). Tanto é assim, que o § 1º do art. 14 do diploma em foco define que o poluidor é obrigado, sem que haja a exclusão das penalidades, a indenizar ou reparar os danos, independentemente da existência de culpa. Precedente: REsp 467.212/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 15/12/2003.

2. A penalidade de advertência a que alude o art. 72, § 3º, I, da Lei n. 9.605/1998 tão somente tem aplicação nas infrações de menor potencial ofensivo, justamente porque ostenta caráter preventivo e pedagógico.

3. No caso concreto, a transgressão foi grave; consubstanciada no derramamento de cerca de 70.000 (setenta mil) litros de óleo diesel na área de preservação ambiental de Guapimirim, em áreas de preservação permanente (faixas marginais dos rios Aldeia, Caceribú e Guaraí-Mirim e de seus canais) e em vegetações protetoras de mangue (fl. 7). Some-se isso aos fatos de que, conforme atestado no relatório técnico de vistoria e constatação, houve morosidade e total despreparo nos trabalhos emergenciais de contenção do vazamento e as barreiras de contenção, as quais apenas foram instaladas após sete horas do ocorrido, romperam-se, culminando o agravamento do acidente (fls. 62-67). À vista desse cenário, a aplicação de simples penalidade de advertência atentaria contra os princípios informadores do ato sancionador, quais sejam; a proporcionalidade e razoabilidade. Por isso, correta a aplicação de multa, não sendo necessário, para sua validade, a prévia imputação de advertência, na medida em que, conforme exposto, a infração ambiental foi grave.

4. Recurso especial conhecido e não provido.

(Resp n. 1.318.051/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 12/05/2015) (g.n)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS AMBIENTAIS.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

PESCA PREDATÓRIA DE ARRASTO DENTRO DAS TRÊS MILHAS MARÍTIMAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA INDEPENDENTE DE CULPA. IMPRESCINDÍVEL, ENTRETANTO, A DEMONSTRAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA A REFORMA DA DECISÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que, apesar da responsabilidade por dano ambiental ser objetiva, deve ser demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado. Precedentes.
2. A aplicação desse entendimento através de decisão monocrática está de acordo com o art. 557 do CPC e, portanto, não configura nulidade a ser sanada.
3. Os argumentos postos no Agravo Regimental não são suficientes para modificar o entendimento trazido na decisão recorrida, que se mantém pelos próprios fundamentos.
4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no Resp. 1.210.071/RS, Rel. Min Napoleão Maia Filho, PRIMEIRA TURMA, DJ 05/05/2015, DJe 13/05/15)

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. QUEIMADA. MULTA ADMINISTRATIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14, §1º, DA LEI N. 6.398/1981. DANO AO MEIO AMBIENTE. NEXO CAUSAL. VERIFICAÇÃO. REXAME DE PROVA. SÚMULA N.7/STJ.

1. A responsabilidade é objetiva; dispensa-se, portanto, a comprovação de culpa, entretanto há de se constar o nexo causal entre ação ou omissão e o dano causado, para configurar a responsabilidade.
2. A Corte de origem, com esboço no contexto fático dos autos, afastou a multa administrativa. Incidência da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgR no AREsp 165.201/MT, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 02/06/2012) (g.n)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL AMBIENTAL. DANO AMBIENTAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. CANA-DE-AÇÚCAR. QUEIMADA. MULTA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO INATACADO. SÚMULA 283/STF.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.
2. Nas razões de agravo regimental, a agravante furtou-se em rebater o fundamento central da decisão agravada, a incidência da Súmula 283/STF.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 186235/SP, Rel. Min. Humberto AMrtins, SEGUNDA TURMA, J. 11/12/2012, DJe 18/12/12)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. DANO AMBIENTAL. SANÇÃO ADMINISTRATIVA. IMPOSIÇÃO DE MULTA. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL.

DERRAMENTO DE ÓLEO DE EMBARCAÇÃO DA PETROBRÁS. CERCEAMENTO DE DEFESA. REXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. **COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE PARA IMPOR SANÇÕES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LEGITIMIDADE DA EXAÇÃO.**

14. Dessarte, "(...)O meio ambiente, ecologicamente equilibrado, é direito de todos, protegido pela própria Constituição Federal, cujo art. 225 o considera "bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida". (...) Além das medidas protetivas e preservativas previstas no § 1º, incisos. I-VII, do art. 225 da Constituição Federal, em seu § 3º ela trata da responsabilidade penal, administrativa e civil dos causadores de dano ao meio ambiente, ao dispor: "As



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados". Neste ponto a Constituição recepcionou o já citado art. 14, § 1º da Lei n. 6.938/81, que estabeleceu responsabilidade objetiva para os causadores de dano ao meio ambiente, nos seguintes termos: "sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade." " (grifos nossos) (Sergio Cavalieri Filho, in "Programa de Responsabilidade Civil")

19. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. "

(REsp 673.65/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09/05, DJ 26.09/05, p.214.) (g.n)

14. Além de objetiva, a responsabilidade administrativa ambiental é regida pela teoria do risco integral, ou seja, não se admite a aplicação de excludentes de responsabilidade *"de modo que, aquele que explora a atividade econômica coloca-se na posição de garantidor da preservação ambiental, e os danos que digam respeito à atividade estarão sempre vinculados a ela, por isso descabe a invocação, pelo responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil e, portanto, irrelevante a discussão acerca da ausência de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro ou pela ocorrência de força maior"*.³

³Ementa: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. JUNTADA DO VOTO VENCEDOR.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

15. Entrementes, o Superior Tribunal de Justiça, por meio da SEGUNDA SEÇÃO, rel. Min. Sidnei Beneti, quando do julgamento do Recurso Especial nº 1.114.398/PR4, j. 08/02/12, DJe 16.02.2012, interposto pela PETROBRAS S.A, sob a sistemática dos recursos repetitivos- at. 543-C, do CPC, firmou, em relação ao acidente ocorrido com o navio N-T Norma, a tese de que é inviável a alegação de culpa exclusiva de terceiro, ante a incidência do Princípio do Poluidor Pagador, da teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva. É o que se extrai, *in verbis*:

- c) Inviabilidade de alegação de culpa exclusiva de terceiro, ante a responsabilidade objetiva. - A alegação de culpa exclusiva de terceiro pelo acidente em causa, com excludente de responsabilidade, deve ser afastada, ante a incidência da teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva ínsita ao dano ambiental (art. 25, §3º, da CF e do art. 14, §1º, da Lei nº 6.938/1), responsabilizando o degradador em decorrência do princípio do

DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NÃO OCORRÊNCIA DE OMISSÃO. DANO AMBIENTAL. ROMPIMENTO DO POLIDUTO "OLAPA". TEORIA DO RISCO INTEGRAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA PETROBRAS. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS CONFIGURADOS. PROIBIÇÃO DA ATIVIDADE PÊSQUEIRA. APLICABILIDADE, AO CASO, DAS TESES DE DIREITO FIRMADAS NO RESP 1.114.398/PR (JULGADO PELO RITO DO ART. 543-C DO CPC). INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. (STJ, EDcl no REsp 1.346.430/PR, Rel. Min Luis Felipe Salomão, QUARTA TURMA, dj. 05/02/13, DJe 14/02/13).

4 STJ, REsp 1.114/PR, Rel. Min Luis Felipe Salomão, QUARTA TURMA, dj. 05/02/13, DJe 14/02/13.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

poluidor-pagador.

3.- Recurso Especial improvido, com observação de que julgamento das teses ora firmadas via equalizar especificamente o julgamento das ações de indenização efetivamente movidas diante do acidente ocorrido com o Navio N-T Norma, no Porto de Paranaguá, no dia 18.02.01, **mas, naquilo que enceram teses gerais, aplicáveis a consequências de danos ambientais causados em outros acidentes semelhantes, serão, como natural, evidentemente considerados nos julgamentos a se realizarem. (g.n)**

16. Não procede o argumento de que a recorrente não poderia ser responsabilizada na esfera administrativa pelo evento danoso, uma vez que não teria causado o incêndio e nem teria sido a responsável pela emissão das águas residuárias que continham o açúcar caramelizado responsável pelos danos ambientais ocorridos. Tal linha argumentativa levaria à insustentável conclusão de que o dano ambiental foi provocado pelo Corpo de Bombeiros, durante o combate às chamas do “galpão 2”, que já havia cedido, e com o objetivo de resfriar o “galpão 1”, que continha 45.000 toneladas de açúcar, de modo a evitar um dano ainda maior.

17. Em verdade, o argumento deduzido pela recorrente visa transferir aos órgãos públicos o risco da atividade exercida pelo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

empreendedor, o que não se pode admitir. Ora, não há dúvidas de que a possibilidade de ocorrência de incêndios se inclui dentro dos riscos de qualquer atividade econômica.

18. No caso específico da recorrente, cuja atividade é o armazenamento de açúcar, não escapa à normalidade o fato de que o açúcar armazenado fosse diluído (pela água) e caramelizado (pelo calor do fogo) durante o combate às chamas, daí porque, era necessário que houvesse plano de contingenciamento prévio e eficaz e/ou um dispositivo de segurança apto a impedir o carreamento desse material no município de Santa Adélia e nos cursos d'água próximos, evitando-se que uma *área, urbana ou rural, se tornasse imprópria para a ocupação humana* e que houvesse o *perecimento de espécimes da biodiversidade* (incisos I e VIII, do artigo 62, do Decreto 6.514/2008, respectivamente).

19. Não se pode perder de vista que o complexo da recorrente faz divisa com a Rua César Rossi, a qual possui pavimentação asfáltica e sistema de galerias pluviais, que desembocam em afluente da margem direita do Rio São Domingos, que, por sua vez, desemboca no rio Turvo.

20. Por esses motivos, ainda que se adotasse a teoria do risco criado, não há que se falar no rompimento do nexo causal entre a atividade desenvolvida pela recorrente e o dano perpetrado. Conforme apregoa a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

doutrina, a aplicação da excludente de responsabilidade pelo fato de terceiro depende, necessariamente, de que a conduta praticada pelo terceiro seja a responsável, em caráter exclusivo, para a causação do resultado. No caso em questão isto não se verificou, tendo em vista a existência de outras concausas, preexistentes e concomitantes, do evento danoso, que são de responsabilidade da recorrida e que também contribuíram para a ocorrência do resultado.

21. Com efeito, verifica-se, além da inexistência de qualquer dispositivo de segurança e de um plano de contingência eficaz, que o complexo da recorrente *"está localizado em uma região de topografia íngreme, com vias públicas e o pátio interno pavimentados e providos de galerias de águas pluviais de aproximadamente 600 milímetros de diâmetro"* (informação técnica 204/13/CFR - fls. 19/38).

22. Vê-se, portanto, que o evento danoso também foi causado (i) pela localização do complexo da recorrente (topografia íngreme); (ii) pela inexistência de qualquer dispositivo de contenção que impedisse o carreamento do material; (iii) pela ausência de um plano de contingenciamento prévio e eficaz, dentre outras circunstâncias.

23. Daí porque, subsiste a conclusão lançada no Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIPM Nº 14001788, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

24. Da adequada motivação quanto ao direito aplicado. Princípio da especialidade. Da aplicação do tipo administrativo insculpido no artigo 61, c.c. inciso I e VIII, do artigo 62, ambos do Decreto 6.514/2008.

25. Não procede o argumento lançado pela recorrente no sentido de que haveria a prevalência da legislação do Estado de São Paulo em relação ao tipo administrativo previsto no Decreto n.º 6.514/2008.

26. Isso porque, não há que se falar em prevalência da legislação federal sobre a estadual ou vice-versa. Não se confunde a previsão abstrata dos tipos administrativos (competência legislativa) com a autuação procedida pela Administração Pública (competência administrativa). Com efeito, ao tratar da competência legislativa em matéria ambiental a Constituição Federal outorgou à União, aos Estados e ao Distrito Federal o poder-dever de legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo, dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, controle da poluição, proteção ao patrimônio turístico e paisagístico, bem como responsabilidade por dano ao meio ambiente (art. 24, VI, VII, VIII). No âmbito da legislação concorrente, a competência da União deve limitar-se a estabelecer normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados, que podem ainda exercer competência legislativa plena, quando não editada a lei de normas gerais pela União (art. 24, §§ 1º a 3º). Aos Municípios



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

competete suplementar as legislações nacional e estadual, naquilo que couber (art. 30, II).

27. Valendo-se do permissivo constitucional a União Federal editou lei de caráter nacional, Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 6.514/2008. O Estado de São Paulo, por sua vez, valendo-se de sua competência suplementar e plena (na falta de norma geral de caráter nacional) editou a Lei Estadual nº 997/76, regulamentado pelo Decreto Estadual 8.486/76, com as alterações procedidas pelo Decreto Estadual 54.487/09.

28. Têm-se, portanto, **válidos e vigentes**, texto normativo geral de âmbito nacional e texto normativo estadual, que tipificam condutas e atividades que causam dano ao meio ambiente. Dentro desse contexto, não há que se falar na preferência da legislação estadual sobre a legislação nacional ou vice-versa, mas, sim, da especificidade de um tipo administrativo em relação ao outro, de modo que a conduta ou atividade que causou o dano esteja espelhada, da melhor maneira possível, no tipo legal que a recrimina.

29. O fato é que a atividade desenvolvida pela recorrente *causou a poluição com a emissão de aproximadamente 5.000m³ de águas residuais e o carregamento de cerca de 1.000 toneladas de açúcar caramelizado para a*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

Rua Cesar Rossi, no município de Santa Adélia, provocando a perda de oxigênio dissolvido das águas superficiais dos rios São Domingos e Turvo em trechos de 25 e 60 quilômetros, respectivamente, com o perecimento de aproximadamente 14 toneladas de peixe.

30. Tais circunstâncias se amoldam, com precisão, no tipo administrativo previsto no artigo 61, c.c. inciso I e VIII, do artigo 62, ambos do Decreto Federal nº 6.514/2008, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 61. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade:

* Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo único. As multas e demais penalidades de que trata o caput serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração e em conformidade com a gradação do impacto.

Art. 62. Incorre nas mesmas multas do art. 61 quem:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para ocupação humana;

VIII - provocar pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais o perecimento de espécimes da biodiversidade.

31. Por esse motivo, outra solução não haveria de ser adotada pela autoridade administrativa, senão enquadrar o evento danoso causado pela



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

recorrente na descrição típica prevista no Decreto Federal nº 6.514/2008.

32. Por outro lado, não subsiste a alegação de que a estimativa procedida pela autoridade ambiental em relação à mortandade de peixes esteja incorreta, mormente porque significativo trecho de extensão do rio São Domingos (20 quilômetros) e do rio Turvo (60 quilômetros) permaneceu sem oxigênio, em época de piracema, por um período contínuo de 120 horas e de 96 horas, respectivamente⁵.

33. Ademais, além da estimativa da autoridade competente acerca da mortandade dos peixes, há que se considerar que a falta de oxigênio nos trechos citados (cerca de 80 km) por tanto tempo (5 e 4 dias) é capaz, por si só, de provocar o perecimento de espécies da biodiversidade.

5 Conforme relatórios de análises da CETESB nº 1328009 (fls. 05) e 1328010 (fls.06), as águas do rio São Domingos, no dia 28.10.2013, em Santa Adélia e Pindorama, apresentavam concentrações para o parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio – DBO, de 3.860 mg/litro e 310 mg/litro, respectivamente. Tais valores denotam a alteração prejudicial da qualidade das águas, causando a perda de oxigênio dissolvido entre Santa Adélia e Catanduva, um trecho de aproximadamente 25 KM que permaneceu, em época de piracema, sem oxigênio por um período contínuo de 120 horas (cinco dias).

Com relação ao rio Turvo os relatórios de análise nº 1328016 (fls. 12), 1328017 (fls. 13) e 1328018 (fls. 14) comprovam que no dia 05.11.2013 as suas águas, em trecho localizado à jusante do rio São Domingos, nas pontes Assis Chateaubriand (SP-415), na estrada vicinal Onda Verde-Altair e na rodovia BR-153, apresentavam concentrações para o parâmetro DBO de 14 mg/Litro, 15 mg/Litro e 14 Mg/Litro, respectivamente. Todas essas concentrações estavam acima do padrão legal e 5 mg/Litro e determinaram a perda de oxigênio dissolvido em um trecho de aproximadamente 60 KM do rio Turvo. Essa falta de oxigênio perdurou por um período contínuo de pelo menos 96 horas (quatro dias). No trecho do rio Turvo não afetado pelos resíduos de açúcar a DBO era de 3 mg/Litro (análise 1328015 – fls.11) constatando-se o índice de 3,5mg/Litro, ao passo que, em 02.11.13, com a chegada dos poluentes gerados pelo evento danoso de Santa Adélia a concentração de oxigênio dissolvido caiu para aproximadamente 0.1mg/Litro.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

34. Além disso, restou incontroverso o resultado danoso previsto no tipo do inciso I, do artigo 62, do Decreto 6.514/2008 - *tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana.*

35. Daí porque, tendo em vista o princípio da tipicidade/especialidade, correto o enquadramento legal realizado pela autoridade ambiental, considerando a recorrente como incurso no artigo 61, c.c. inciso I e VIII, do artigo 62, ambos do Decreto 6.514/2008. Neste ponto, cumpre ressaltar posição divergente da FIESP e da FAESP, no sentido de que a conduta tida como transgressão enquadra-se nos dispositivos da Lei Estadual 997/76 e seu Decreto regulamentador.

36. Por fim, a alegação de violação à isonomia, em razão de um enquadramento típico diverso procedido em outro processo, não tem o condão de descaracterizar a infração de que trata o presente, em razão do correto enquadramento realizado.

37. **Da dosimetria da pena.** Os valores atribuídos à penalidade de multa devem ser aqueles fixados pelo preceito secundário do artigo 61 do Decreto 6.514/08 que estipula pena de multa no valor o mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

milhões de reais), em consonância com o disposto no artigo 75 da Lei 9.605/98, que estabelece que o *valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei.*

38. Assim, considerando a dimensão do dano ambiental, especialmente a extensão do trecho dos rios São Domingos e Turvo que permaneceram sem oxigênio, em época de piracema, por cerca de 5 e 4 dias ininterruptos, respectivamente, bem como a necessária interdição de via pública adjacente à empresa, a retirada da população de suas residências e que até o dia 14 de novembro de 2013, a recorrente ainda mantinha em céu aberto, entre os escombros do “armazém 2”, cerca de 17.000 toneladas de açúcar, águas residuárias, açúcar caramelizado e outros resíduos, propôs-se uma multa no valor de R\$ 25.000.000,00.

39. Todavia, tendo em vista as ações desencadeadas pela recorrente para a minimização e correção dos problemas ambientais ocasionados como mão de obra e maquinário, a remoção dos moradores com a locação de imóvel, o salvamento de peixes, etc., circunstâncias tidas como atenuantes, aplicou-se um desconto de 40% sobre o valor imposto, reduzindo-o para a quantia de 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

40. Não se verifica, portanto, nenhum vício que possa acarretar na ilegalidade da pena fixada, que adotou parâmetros razoáveis e proporcionais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

na quantificação do valor da multa a ser imposto, segundo as circunstâncias do caso concreto.

41. Da impossibilidade de conversão da pena de multa em advertência. Tendo em vista a inegável gravidade dos danos perpetrados contra o meio ambiente e aos moradores da cidade de Santa Adélia, nos termos acima consignados, não há que se falar na aplicação da pena de advertência, cujo âmbito de aplicação se refere às infrações de menor potencial ofensivo.

42. É o que se extrai, *verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO POR DANO AMBIENTAL. A RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL É OBJETIVA. A LEI N. 9.605/1998 NÃO IMPÕE QUE A PENA DE MULTA SEJA OBRIGATORIAMENTE PRECEDIDA DE ADVERTÊNCIA.

1. A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva. Deveras, esse preceito foi expressamente inserido no nosso ordenamento com a edição da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981). Tanto é assim, que o § 1º do art. 14 do diploma em foco define que o poluidor é obrigado, sem que haja a exclusão das penalidades, a indenizar ou reparar os danos, independentemente da existência de culpa. Precedente: REsp 467.212/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 15/12/2003.

2. A penalidade de advertência a que alude o art. 72, § 3º, I, da Lei n. 9.605/1998 tão somente tem aplicação nas infrações de menor potencial ofensivo, justamente porque ostenta caráter preventivo e pedagógico.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

3. No caso concreto, a transgressão foi grave; consubstanciada no derramamento de cerca de 70.000 (setenta mil) litros de óleo diesel na área de preservação ambiental de Guapimirim, em áreas de preservação permanente (faixas marginais dos rios Aldeia, Caceribú e Guaraí-Mirim e de seus canais) e em vegetações protetoras de mangue (fl. 7). Some-se isso aos fatos de que, conforme atestado no relatório técnico de vistoria e constatação, houve morosidade e total despreparo nos trabalhos emergenciais de contenção do vazamento e as barreiras de contenção, as quais apenas foram instaladas após sete horas do ocorrido, romperam-se, culminando o agravamento do acidente (fls. 62-67). À vista desse cenário, a aplicação de simples penalidade de advertência atentaria contra os princípios informadores do ato sancionador, quais sejam; a proporcionalidade e razoabilidade. Por isso, correta a aplicação de multa, não sendo necessário, para sua validade, a prévia imputação de advertência, na medida em que, conforme exposto, a infração ambiental foi grave.

4. Recurso especial conhecido e não provido.

(Resp n. 1.218.051/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 12/05/2015) (g.n)

43. **Da impossibilidade de conversão da pena de multa em serviços de melhoria e recomposição do meio ambiente, na forma já requerida pela recorrente.**

44. Verifica-se da proposta apresentada pela recorrente às fls. 515/691 que foram computados gastos estranhos aos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, tais como: **(i) execução das adequações das instalações elétricas da CT-04/CT-04 para Apex do armazém 01 – valor R\$ 413.690,00 (fls. 522); (ii) manutenção de linha férrea – valor R\$ 90.000,00 (fls. 522); (iii) reabilitação da operação do armazém 1,**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

terminal Santa – Valor R\$ 25.800,00 (fls. 522); (iv) manutenção do elevador 2 – Valor R\$ 680,00 (fls. 523); (v) compra de canecas (400 unidades) Elevador 2– valor R\$ 18.400,00 (fls. 523); (vi) reconstrução do jardim do terminal (cerca viva) – valor R\$ 2.500,00 (fls. 523); (vii) **manutenção elétrica no armazém – valor R\$ 1.121.110,00** (fls. 523), dentre outros.

45. De fácil percepção que a proposta de conversão requerida não se amolda aos termos da Lei, o que impossibilita seu acolhimento.

46. Ademais, ao dispor sobre a possibilidade de conversão da pena de multa simples *na prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente*, o §4º do art. 72 da Lei 9.605/98, deve ser interpretado à luz do disposto no § 3º do art. 225 da Constituição Federal, que estabelece a independência entre as esferas civil, penal e administrativa, na reparação e punição do dano ambiental, nos seguintes termos, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

47. Nesse esteio não se justifica a adoção no presente caso do disposto no inciso I, art. 140, do Decreto Federal 6.514/086, devendo-se admitir, apenas e tão somente, a conversão da penalidade de multa simples na prestação e serviços *de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente* quando as atividades a serem desempenhadas não se confundam com aquelas que decorrerem da responsabilidade civil do degradador.

48. Por tais razões não procede o pedido de conversão deduzido pela recorrente.

CONCLUSÃO

49. Diante do exposto, submete-se o presente relatório à deliberação do egrégio Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de

⁶Art. 140. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:
I - execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA

São Paulo, com a proposta de conhecimento do recurso especial interposto.

Em relação ao mérito propriamente dito, contudo, face à divergência entre os conselheiros integrantes dessa Comissão processante, propõe-se, alternativamente:

- (i) O desprovimento do presente recurso especial pelos motivos de fato e de direito acima expostos, ou;
- (ii) O provimento em parte do presente recurso especial, exclusivamente, para reduzir a multa final imposta para o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), nos termos do voto dissidente do Conselheiro Flávio Antas Corrêa, que o declarará.

São Paulo, 24 de novembro de 2015.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

Av. Professor Herman Jr. 345 – Prédio 6, 1º andar, CEP: 05459-010/ São Paulo –
SP. Tel (0xx11) 3133-3621. E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

VOTO VENCEDOR

1. DA APLICAÇÃO DA MULTA

A recorrente informou, em sua apresentação, tudo o que fizera para minimizar os danos ambientais, bem como para a população diretamente afetada pelo resultado do combate ao incêndio.

O Sr. Alcaide de Santa Adélia depôs, deixando claro que a empresa tomara todas as cautelas para não deixar a água com melaço atingir as galerias de águas pluviais e, por conseguinte, as nascentes próximas.

Entrementes, o próprio Prefeito assegurou que houve falha em uma das fossas de contenção e, por esse motivo, o córrego que deságua no Rio Turvo foi atingido.

A CETESB também exibiu sua apresentação, demonstrando os danos causados ao meio ambiente sem, contudo, apresentar motivo plausível para uma aplicação de multa no valor de R\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de reais), vez que deixou de classificar o dano.

Ainda, discriminou tudo o que a empresa efetuou em matéria de redução do prejuízo ambiental e social nos dias que se seguiram à tragédia, motivo pelo qual reduziu em 40% o valor da multa, chegando a R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais).

Em seu relatório o i. Conselheiro Relator asseverou que *“não se verifica, portanto, nenhum vício que possa acarretar na ilegalidade da pena fixada, que adotou parâmetros razoáveis e proporcionais na quantificação do valor da multa a ser imposto, segundo as circunstâncias do caso concreto”*.

Nesse ponto, ousou divergir.

PRELIMINARMENTE, forçoso repisar que a CETESB não classificou o dano em leve, grave ou gravíssimo, algo que auxiliaria, e muito, na dosimetria da pena, possibilitando a criação de um critério para o apenamento, dentro dos limites previstos no art. 61, *caput*, do Decreto Federal nº 6.514/2008, cuja multa varia do mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

O Decreto, também não classifica o dano, deixando que o critério seja estabelecido pela autoridade responsável pela guarda ambiental do lugar; no caso em apreço, a CETESB que, como já está explícito, não apresentou critério algum para determinar o valor da multa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Av. Professor Herman Jr. 345 – Prédio 6, 1º andar, CEP: 05459-010/ São Paulo – SP. Tel-(0xx11) 3133-3621.E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Por duas vezes, durante a apresentação de suas razões, foi perguntado aos representantes da CETESB, da região de Rio Preto, qual o critério utilizado para a se chegar ao valor da multa; a resposta coube à advogada da CETESB que, por duas vezes não respondeu às perguntas, deixando evidente que **a CETESB não teve critério algum para sopesar o valor da multa.**

E a falta de critério fica nítida se for observado o caso Copersucar do Porto de Santos, levantado pela própria recorrente em suas razões recursais e que serve perfeitamente como paradigma do caso em apreço, vez que são situações similares e com danos muito aproximados.

Apenas *ad argumentandum*, no incêndio no Porto de Santos, que ocorreu nos galpões da Copersucar, alguns dias antes do sinistro ocorrido na Agrovia, a CETESB multou aquela empresa em pouco mais de R\$ 193.000,00 (Cento e noventa e três mil reais)¹, utilizando-se, para aplicar a multa, da legislação estadual que, no quesito multa, é mais branda que a federal.

Ora, se a CETESB, naquela oportunidade errou para menor, não se pode, no caso em comento, deixá-la errar para maior, aplicando dois pesos e duas medidas para casos similares pois, sem um critério objetivo para aplica as multas, é muito difícil de se chegar a um denominador comum.

Portanto, em não havendo um critério objetivo para se aplicar a multa, deve-se lançar mão da equidade para que o objetivo seja alcançado.

O art. 61, do Decreto Federal nº 6.514/2008 estabelece que a multa mínima é R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e a máxima de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

A classificação das multas deve ser dividida em três: leve, grave e gravíssima.

E tal critério está exposto no parágrafo único do artigo 61:

*“as multas e demais penalidades de que trata o caput serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, **identificando a dimensão do dano decorrente da***

¹ Matéria veiculada no sítio eletrônico da Revista Valor Econômico - <http://www.valor.com.br/agro/3332798/cetesb-multa-copersucar-em-r-193-mil-por-incendio-ocorrido-em-santos>.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

Av. Professor Herman Jr. 345 – Prédio 6, 1º andar, CEP: 05459-010/ São Paulo –
SP. Tel (0xx11) 3133-3621. E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

infração e em conformidade com a gradação do impacto –
GRIFOS NOSSOS.

Pode-se, nesse passo, aplicar a multa de acordo com a gradação do impacto, a saber: leve, grave ou gravíssimo.

Nessa seara, fazendo-se a correlação com os valores do artigo 61, do Decreto Federal 6.514/2008, cujas importâncias variam entre R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) e R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), deve-se trabalhar com três faixas de autuação; a saber:

- a) de R\$ 5.000,00 a R\$ 500.000,00, **para infração considerada leve**, uma vez que a relação entre o valor mínimo e máximo para esta faixa na norma estadual é de 100 vezes;
- b) de R\$ 500.001,00 a R\$ 25.000.000,00, **para infração considerada grave**, uma vez que esta faixa no critério estadual vai até a metade do valor admitido; e
- c) de R\$ 25.000.001,00 a R\$ 50.000.000,00, **para as infrações consideradas gravíssimas**.

Cumpra esclarecer que as penas são aplicadas a partir da pena base, passando-se à análise das agravantes e, por fim, das atenuantes.

Se o dano causado pelo incêndio na Agrovía, for comparado com o dano causado pela Copersucar, sua justa paradigma para o caso, fica notório que a CETESB exacerbou no que respeita à aplicação da multa para a Agrovía, vez que, o dano causado pela Agrovía foi grave e não gravíssimo, ainda mais se a questão for comparada com o dano causado pelo rompimento das barragens da Samarco, este sim gravíssimo e de difícilíssima reparação.

Sendo assim, entendendo-se que o dano foi grave, a pena base, como já demonstrado, é de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais). Sopesando-se o número de peixes mortos, a extensão da poluição nos rios São Domingos e Turvo e os danos causados às pessoas vizinhas à Agrovía, a multa deveria ser dobrada, chegando-se a R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

Av. Professor Herman Jr. 345 – Prédio 6, 1º andar, CEP: 05459-010/ São Paulo –
SP. Tel (0xx11) 3133-3621. E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Todavia, ficou cristalino que a empresa recorrente buscou minimizar os danos imediatamente ao ocorrido, inclusive conseguindo salvar um número considerável de peixes, auxiliou rapidamente os moradores e tomou as precauções para tentar conter o melaço o que, de pronto, já pode ser utilizado como atenuante.

Além de tudo o que já foi exposto, é óbvio que não se poderia exigir da Agrovía um valor de tamanha proporção por outros dois motivos: **a)** a sua expressão no mercado; e **b)** a geração de empregos.

Para desenvolver a questão da letra **a)**, novamente usa-se como paradigma o caso da Copersucar.

Apesar da extensão do dano ser um pouco menor, a empresa Copersucar (paradigma) tem um peso mercadológico muito maior e, a falta de um critério lógico para aplicações de multas, brindou uma empresa potente com uma multa irrisória; por outro turno, o tamanho mercadológico da Agrovía é bem menor e, nesse diapasão, a insofismável falta de critério técnico para a elaboração do valor da multa, atinge, diretamente, a capacidade econômica da empresa recorrente.

No que toca à questão do emprego (**letra b)**), este é o bem maior, em qualquer situação.

Uma multa desproporcional, cuja aplicação não teve qualquer critério técnico, na casa dos R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais) fatalmente interferirá na geração de postos de trabalho, prejudicando não só a população local, como outras pessoas que laboram na Agrovía.

Nesse diapasão, considerando que a própria CETESB determinou, às fls. 41 do processo, que a empresa recorrente apresentasse estudo para a recuperação da ictiofauna dos rios São Domingos e Turvo, Instalasse, mantivesse e operasse adequadamente sistema de ventilação local exaustor e equipamentos de poluição do ar, junto ao armazém 1, apresentasse Plano de Contingência para o exercício das atividades da empresa de modo a evitar danos à população e ao ambiente; e adequasse as instalações da empresa às normas de prevenção e combate a incêndios, fica crível que já demandou à recorrente o princípio elencado no art. 140, I e III, do Decreto Federal nº 6.514/2008, visto que com base no estudo (fls. 41, item 02), deverá a empresa arcar com a recomposição ambiental.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

Av. Professor Herman Jr. 345 – Prédio 6, 1º andar, CEP: 05459-010/ São Paulo –
SP. Tel (0xx11) 3133-3621. E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Logo, mesmo que não tenha dito de forma explícita, já atraiu para o caso, o elenco do art. 140, do Decreto Federal nº 6.514/2008, simplesmente pelo fato de ter exigido o estudo para a recuperação da ictiofanuna.

Destarte, além das exigências impostas às fls. 41, principalmente do item 02, bem como as ações que a recorrente praticou para minimizar os problemas causados, demonstrando preocupação e boa fé, além do salvamento de 16 toneladas de peixes (número maior que o de peixes mortos) proponho que seja dado **PROVIMENTO** ao pedido de letra d), do item 119 do recurso, reduzindo-se a multa imposta à recorrente para R\$ 700.00,00 (Setecentos mil reais), a fim de se manter a coerência com o caso similar, ocorrido no Porto de Santos, apontando que o valor superior àquele caso, deve-se à extensão do dano, que foi 3 (três) vezes maior.

É o que sinto; é como **VOTO**.

FLÁVIO ANTAS CORRÊA

Conselheiro do CONSEMA

Representante da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania